

Portugal nos últimos 25 anos

Publicação: [O Mundo em Português Nº60](#)

Data de Publicação: Dezembro de 2005

Autor: George Joffé

Para os ingleses, é um truísmo confortável que Portugal seja o mais antigo aliado da Grã-Bretanha, pois significa que Londres pode dar pouca atenção à extraordinária transformação que ocorreu no país desde a revolução de 1974. Na verdade, mesmo acontecimentos mais remotos se desvanecem num confortável misto de experiências e interesses supostamente partilhados, a partir das guerras napoleónicas. Poucas pessoas sabem que o que significaram para a intelligentsia liberal portuguesa os exércitos de Lord Wellington ou de que forma a Grã-Bretanha vitoriana, então no apogeu do seu poder imperial, dispôs dos seus aliados por todo o mundo.

Mesmo a benigna neutralidade portuguesa durante a Segunda Guerra Mundial é aqui recordada pela maioria das pessoas pelos escândalos políticos relacionados com o Duque e a Duquesa de Windsor, que passaram por Portugal a caminho das Bermudas – Winston Churchill estava determinado a isolar o antigo Rei ao máximo, devido às suas inclinações políticas. A própria revolução caracteriza-se, para muitos de nós, pela famosa fotografia das espingardas com cravos – a primeira vez que uma mudança política radical parecia ser alcançada tão pacificamente. Na verdade, o Portugal de hoje, para os meus concidadãos, é um estimado destino de férias, a pátria do Benfica, do Vinho do Porto e de José Mourinho. Pouco se sabe sobre as significativas mudanças que marcam os últimos 25 anos.

A minha descoberta de Portugal começou com pensamentos muito similares, que foram rapidamente dissipados por três experiências: a consciência da importância da adesão europeia para Portugal, a descoberta da Fundação Calouste Gulbenkian e da Fundação Luso-Americana, em Lisboa, e a firme resposta portuguesa ao ressentimento e à violência da Indonésia perante a independência de Timor-Leste, em 1999. Vindo da fleumática Grã-Betanha, onde já se tinha perdido a memória das manifestações anti-nucleares dos anos 50, e antes das impressionantes manifestações anti-guerra de 2003, em Londres, a imagem das estátuas veladas ao longo da Avenida da Liberdade, numa demonstração de raiva política, foi peculiar e sugestiva.

De forma semelhante, as duas grandes fundações de Lisboa evocam aspectos da política externa portuguesa. Calouste Gulbenkian, afinal, estabeleceu aqui a sua fundação numa demonstração de gratidão pelo facto de só Portugal estar disposto a oferecer-lhe refúgio durante a Segunda Guerra Mundial. A Fundação Luso-Americana evoca permanentemente a importância estratégica de Portugal no mundo atlântico, devido ao seu controle dos Açores, e as actuais actividades da Fundação na promoção dos interesses portugueses no Mediterrâneo, e noutros pontos, sublinham a necessidade nacional de ter uma política externa activa.

Claro que os Açores têm outro simbolismo – a dificuldade portuguesa em equilibrar as suas relações transatlânticas e europeias. Foi muito instrutivo, por exemplo, observar o papel de Portugal na preparação da invasão do Iraque, em 2003. Apesar de, sob a liderança do então primeiro-ministro, Durão Barroso – hoje presidente da Comissão Europeia – Portugal ter sido um dos oito signatários da carta de apoio à política americana em relação ao Iraque, e mesmo sendo o anfitrião da Cimeira dos Açores, em Março desse ano, a verdade é que, interessantemente, Portugal não assinou a declaração que daí saiu, pela mão dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da Espanha. E nem sequer teve um papel significativo na subsequente operação militar nem nas suas trágicas consequências.

E no entanto, estranhamente, estes incidentes ilustram duas grandes conquistas dos últimos 30 anos, das quais Portugal se pode orgulhar. Por um lado, resultado da revolução, virou decididamente as costas ao seu passado colonialista e aos caros sonhos de militarismo, e, por outro, abraçou a sua identidade europeia nos termos dos novos paradigmas que a Comunidade Europeia desenvolveu. Vindo de um país em que a ligação atávica ao passado imperial ainda afecta o debate sobre política externa – de que outra forma se pode explicar o entusiasmo do governo britânico pelo imperialismo liberal pós-colonial? – o realismo português é um bom objecto de aprendizagem.

A decisão de confiar na União Europeia como o mais apropriado mecanismo de segurança nacional e a conseqüente mudança da natureza da relação de Portugal com Espanha, da desconfiança tradicional para a cooperação, reflecte uma resposta pragmática à realidade contemporânea. No que diz respeito à segurança naval, porém, isto pode causar dificuldades potenciais, se as agendas navais europeia e americana divergirem, mas a NATO é uma protecção contra essa possibilidade, mesmo no actual ambiente conturbado. Portugal está protegido dos custos da grandeza militar e dos problemas da «interoperabilidade» – uma lição que alguns dos novos parceiros

poderiam bem ter aprendido á medida que corriam para a adesão à NATO e para os custos de reequipamento envolvidos.

E as implicações da adesão á União Europeia estão por todo o lado, desde o crescimento de Lisboa ao desenvolvimento de infra-estruturas das últimas duas décadas, já para não falar dos estádios de futebol construídos em tempo record. A decisão de ser communautaire, em vez de neo-colonial, deu os seus frutos, bem como o equilíbrio entre o Atlântico e a Europa continental – algo que a Grã-Bretanha nunca conseguiu. Uma das ironias é que Portugal, como Estado atlântico, tenha descoberto o interesse pelo Mediterrâneo, em grande medida por causa da sua crescente dependência do gás argelino. O perigo é que esse sucesso seja aceite como norma, em vez de ser um objectivo que necessita de melhoramento constante, pois a Europa está a ficar menos generosa.

Aí, talvez, reside o problema, pois a actual crise económica de Portugal tem muito a ver com o conforto auto-complacente europeu dos anos 90 e com a falta de pensamento sobre as implicações das tendências económicas de longo prazo. A resposta governamental tem sido severa, causando um aumento significativo do desemprego à medida que o país procura cumprir as suas obrigações em relação a um pacto de estabilidade que já não parece aplicar-se aos maiores Estados europeus. Espera-se que surja de novo a liderança que caracterizou as etapas iniciais de transformação; o receio é que essa visão de futuro possa ser substituída pela miopia neo-liberal.